Sela propõe fórmulas para pagar dívida

Caracas — O Sistema Econômico Latino-Americano-Sela, propôs, ontem, novos mecanismos para que a região possa pagar suas obrigações junto aos países credores, no total de US\$ 300 bilhões. A proposta se baseia em uma intensificação do comércio e na cooperação de órgãos financeiros e governos dos países ricos. O documento, resultante da reunião de técnicos dos 26 países membros do Sela, assegura que o problema do endividamento da região não será resolvido com os sistemas tradicionais.

O foro econômico do Sela, o mais importante da América Latina, assumirá, na próxima semana, um nível superior, com a participação de ministros de Fazenda. O estudo divulgado ontem sugere que às negociações efetuadas com os bancos credores, responsáveis por mais da metade dos empréstimos obtidos pela região nos últimos cinco anos, se somem os governos dos países onde estejam sediados esses bancos e também órgãos como o Banco Mundial e o FMI.

As fórmulas do acordo, conforme o documento, deveriam garantir que o País devedor não esteja obrigado a aceitar soluções que impliquem numa redução do nível de renda per capita. As amortizações de capital teriam altos e baixos, segundo o ritmo do comércio entre devedores e credores. O documento parte da premissa de que o endividamento externo é o principal "gargalo da garrafa" do desenvolvimento latino-americano. Ressalta que a capacidade negociadora de muitos países da região, diante dos bancos privados e órgãos financeiros internacionais é insuficiente e, para fortalecê-la propõe estabelecer "um sistema de informação sobre temas de financiamento externo".

O Sela anunciou também ontem a criação da Agência Lasei, integrada aos esforços desenvolvidos pelo terceiro mundo para estabelecer uma nova ordem mundial no campo da informação. A nova agência, que será inaugurada em outubro, "será um mecanismo de valor indubitável, pois é a primeira empresa criada por latino-americanos e em função dos interesses regionais e do desenvolvimento integral da América Latina", comentou Alejandro Alfonzo, representante venezuelano na comissão que discutiu a criação da agência.